



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v13.1049>

A Hermenêutica do Pensamento Simbólico: Uma Abordagem Filosófica sobre a Interpretação dos Sonhos

*The Hermeneutics of Symbolic Thinking: A Philosophical Approach
Towards the Interpretation of Dreams*

Pedro Brosina Musella¹

Resumo

O presente artigo busca analisar o processo hermenêutico envolvido na interpretação de símbolos no contexto do estudo de sua participação no processo de manifestação e expressão de conteúdos inconscientes na mente humana, particularmente como encontrado durante a interpretação dos sonhos na psicologia, com ênfase na obra de Carl Gustav Jung e Sigmund Freud. Almeja fazer uma comparação entre os métodos de interpretação freudiano e junguiano, buscando demonstrar em quais aspectos podem ser encontradas convergências e divergências entre as abordagens de cada autor, com o propósito de explorar quais as ramificações filosóficas presentes em cada uma e como estas podem ser interpretadas através de uma abordagem filosófica do estudo do símbolo como parte integral da *psyché* humana. Parte, assim, de uma investigação embasada no pensamento de autores como Platão e Santo Agostinho, este último reconhecido como um dos pioneiros no estudo da mente humana. Para tanto será feito um estudo sobre o embasamento das teorias de Freud e Jung, além de uma análise de textos escritos por ambos autores, e consequente interface com a obra de Platão e Agostinho. Resultante deste processo é a conclusão de que embora ambos autores tenham embasamento similar aos encontrados na Filosofia da Linguagem, o pensamento de Jung se apresenta mais próximo da estrutura platônica e agostiniana de interpretação do papel do símbolo como integrante da disposição do pensamento humano.

Palavras-chave: Linguagem. Hermenêutica. Filosofia Medieval. Psicanálise. Psicologia Analítica.

Abstract

The present article seeks to analyze the hermeneutic process involved in the interpretation of symbols within the context of the study of its participation in the

¹ Mestrando em Filosofia – Programa de Pós-Graduado em Filosofia pela Escola de Humanidades - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: pedro.musella@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9844-6753>

process of manifestation and expression of unconscious contents in the human mind, particularly as found during the interpretation of dreams in psychology, with emphasis on the work of Carl Gustav Jung and Sigmund Freud. It aims to make a comparison between the freudian and jungian methods of interpretation, seeking to demonstrate in which aspects convergences and divergences between the approaches of each author can be found, with the purpose of exploring the philosophical ramifications present in each one and how these can be interpreted through a philosophical approach to the study of the symbol as an integral part of the human psyche. It therefore starts from an investigation based on the thinking of authors such as Plato and Saint Augustine, the latter recognized as one of the pioneers in the study of the human mind. In order to do so, a study will be carried out on the basis of the theories of Freud and Jung, as well as an analysis of texts written by both authors, and consequent interface with the work of Plato and Augustine. Resulting from this process is the conclusion that, although both authors have similar foundations to those found in the Philosophy of Language, Jung's thought is closer to the Platonic and Augustinian structure of interpretation of the role of the symbol as an integral part of the disposition of human thought.

Keywords: Language. Hermenautics. Medieval Philosophy. Psychoanalysis. Analytical Psychology.

Introdução

Durante muito tempo na história do pensamento científico, debates sobre os aspectos mais sutis e complexos da mente humana não eram entendidos como algo a que se deveria dar muita relevância. De forma similar com o ocorrido na Grécia pré-socrática quanto ao estudo da *physis*, ou “mundo natural”, que era o principal foco de análise dos filósofos daquele período, a ciência dedicou a maior parte de seu tempo ao estudo dos fenômenos externos, considerando o mundo mental como sendo algo em grande parte auto-evidente. Esta crença se manteria firme até o século XX, quando o psicólogo Sigmund Freud propôs a teoria de que existiriam partes da mente que permaneceriam fora do alcance do indivíduo, em uma área designada por ele de “inconsciente”, e cuja extensão e importância eram muito maiores do que se poderia imaginar.

A filosofia, no entanto, já questionava o limite do real conhecimento e mesmo controle da própria mente que era possível para o ser humano. De forma alguma se trata de uma noção estritamente pertencente à psicologia, uma vez que filósofos já orbitavam o conceito muitos anos antes de Freud efetivamente desenvolver um significado mais ou menos universal para o termo. Embora autores como Nietzsche e Schopenhauer falassem sobre tópicos similares em suas obras talvez seja mais

correto pensar em Sócrates como o primeiro grande estudioso de temas pertinentes ao mundo interno, uma vez que foi graças a sua influência que a filosofia partiu do estudo do mundo exterior para questões mais abstratas e subjetivas.

Ainda assim, não seria até a publicação de inúmeros livros escritos por Freud sobre o assunto, incluindo sua famosa obra *A Interpretação dos Sonhos* (hoje tida como uma das bases mais fundamentais da história da psicologia), que seria trazido à tona para a comunidade científica mais ampla assim como para a sociedade como um todo a relevância do estudo da mente e particularmente de seu lado mais obscuro: o inconsciente.

Um dos métodos de maior importância desenvolvidos para o estudo deste lado desconhecido e ainda misterioso da mente humana que, de acordo com Freud, poderia ser o verdadeiro responsável por muitas das ações que antes eram tidas como sendo simplesmente uma extensão da vontade consciente do indivíduo, foi a interpretação dos sonhos, entendidos por ele como sendo ricas fontes de conteúdo provindo do inconsciente. Em sua visão, durante o sono a parte consciente da mente se desligaria e as experiências oníricas que se seguem não seriam mais manifestações conscientes do Ego, consistindo, portanto, em representações de conteúdos inconscientes, ainda não processados pelo pensamento, razão pela qual muitas vezes não aparentam, à primeira vista, fazer sentido algum.

Para ele a origem de muitos problemas pessoais e mesmo distúrbios mentais cuja solução parecia escapar uma análise puramente racional poderiam ser encontradas no inconsciente, que tem a capacidade de armazenar memórias, crenças e desejos com o potencial de confundir e assombrar o indivíduo sem que esse sequer tenha conhecimento deles, sendo encontrados somente nos sonhos, por serem manifestações do próprio inconsciente. No entanto, por consistirem num fenômeno que, por essência, ocorre fora do escopo da mente racional, os sonhos se expressam de forma não literal, e precisam ser entendidos como símbolos que, se interpretados corretamente, podem levar o médico à raiz do problema enfrentado por seu paciente. A linguagem inconsciente é, por assim dizer, muito mais antiga e primitiva que a consciente, e é preciso, portanto, um processo hermenêutico através do qual estes sonhos possam ser compreendidos e utilizados para a busca de uma cura eficiente.

As descobertas de Freud, entendidas por muitos como legítimas dentro dos valores avaliativos de seu tempo, evidentemente chamaram muito a atenção dos

pensadores e cientistas da época e logo diversos discípulos se juntaram a ele baseado em seus interesses mútuos, sendo um deles o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, autor cujo pensamento será objeto de análise neste artigo. Jung, da mesma forma que Freud, teve grande interesse na interpretação dos sonhos, mas, no entanto, teve diversos problemas com algumas das concepções de seu mentor e acabou desenvolvendo seu próprio método de interpretação dos conteúdos oníricos, que expandiu o processo para além das limitações impostas pelo método freudiano e acabou por se tornar um dos pilares da teoria Junguiana, conhecida pelo nome de Psicologia Analítica.

Ambas abordagens, no entanto, giram em torno da noção de símbolo e buscam a maneira mais correta de lidar com este, almejam entender no que consiste e qual a sua real função, temas estes que extrapolam os limites do estudo clínico e começam a abordar questões de cunho essencialmente filosófico, pois se referem a um dos processos mais fundamentais do entendimento e relação do ser humano não só com a realidade a sua volta mas também consigo mesmo, sendo ambos, até certo ponto, também portadores de uma existência simbólica.

O presente trabalho tem como meta fazer um estudo comparativo sobre a perspectiva destes autores, partindo de uma análise de suas crenças particulares para com relação à relevância dos símbolos no aparelho psíquico e a correta formas de interpretá-los. Na sequência empreendemos uma exploração mais profunda sobre o processo hermenêutico que faz uso de obras escritas por Platão e Santo Agostinho para argumentar que a metodologia de interpretação dos sonhos apresentada por Jung se mostra em maior coerência com o pensamento destes autores com relação à relevância do significado dos símbolos. Esta observação se deve ao fato de que para Freud o foco manifesta-se em uma transformação do signo em um significado cognoscível sobre desejos inconscientes enquanto Platão, Agostinho e Jung partem do pressuposto de que o símbolo é apenas uma ferramenta para a compreensão de um significado pré-existente, exposto através de uma linguagem única e particular, e que, portanto, deveria ser estudado como tal.

O Símbolo

Jung, em seu livro *O Homem e Seus Símbolos* comenta sobre como os sonhos são uma forma eficiente de se entrar em contato com conteúdos do inconsciente, e

faz uma avaliação de como sua linguagem simbólica funciona no contexto mais amplo do aparelho psíquico. Deve se chamar atenção ao fato de que existe uma diferença considerável entre o conceito de “sinal” e o conceito de “símbolo”. Um sinal é responsável por apontar um significado literal sem ter que fazer referência direta a ele, como uma sigla por exemplo, ou uma placa de trânsito. Já um símbolo é algo que possui mais de um significado, tendo um lado literal e um lado metafórico, como por exemplo a história bíblica da Arca de Noé, que é ao mesmo tempo a narração de uma sequência de eventos importantes para as religiões abraâmicas e, também, uma metáfora sobre a corrupção humana e o valor da fé. Esta passagem do livro pode ser útil para elucidar esse ponto:

Assim, uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato. Esta palavra ou esta imagem têm um aspecto “inconsciente” mais amplo, que nunca é precisamente definido ou de todo explicado. E nem podemos ter esperanças de defini-la ou explicá-la. Quando a mente explora um símbolo, é conduzida a ideias que estão fora do alcance da nossa razão. A imagem de uma roda pode levar nossos pensamentos ao conceito de um sol “divino” mas, neste ponto, nossa razão vai confessar a sua incompetência: o homem é incapaz de descrever um ser “divino”. Quando, com toda a nossa limitação intelectual, chamamos alguma coisa de “divina”, estamos dando-lhe apenas um nome, que poderá estar baseado em uma crença, mas nunca em uma evidência concreta. (JUNG, 2002, p.20-21)

Alguns símbolos são fáceis de serem reconhecidos, outros falam de experiências tão primitivas que a mente consciente não consegue fazer uma relação direta entre a imagem e seu significado. Isso ocorre, pois, a linguagem simbólica é uma linguagem que expressa conteúdos que fogem da apreensão da razão, se comunicando diretamente com a parte ainda primitiva da mente humana, que como todo o órgão humano passou por um longo e complexo processo de evolução até chegar a sua estrutura presente. Os símbolos inconscientes falam de experiências arquetípicas que são comuns a todos os seres humanos pois fazem parte deste processo, e, portanto, foram integradas a própria estrutura da psique e agem como uma base fixa para apreensão da realidade, algo de certa forma parecido com as “condições para o conhecimento” como encontradas em Kant.

O pensamento simbólico é, assim, a forma através da qual o ser humano interpreta o mundo ao seu redor antes de ter a virtude da razão, o que pode ser evidenciado nas explicações mitológicas para eventos inexplicáveis presente na história de muitas culturas. Esta passagem do livro *O Poder do Mito*, de autoria do

mitologista Joseph Campbell, aborda este tema e pode ser de particular interesse para melhor ilustrar este ponto:

Não, a mitologia não é uma mentira; mitologia é poesia, é algo metafórico. Já se disse, e bem, que a mitologia é a penúltima verdade, penúltima porque a última não pode ser transposta em palavras. Está além das palavras, além das imagens, além da borda limitadora da Roda do Devir dos budistas. A mitologia lança a mente para além dessa borda, para aquilo que pode ser conhecido mas não contado. (CAMPBELL, 1991, p.180)

Na visão de Freud a mente humana poderia ser compreendida segundo uma divisão em três diferentes partes: O Ego (a parte consciente da personalidade), o Id (a parte inconsciente, cujas manifestações são animais e impuras, algo como que um resquício do pensamento mais selvagem e original) e o Superego (se trata do mediador entre os dois anteriormente mencionados, é aquele que filtra os dados do Id e fornece uma base sólida para que o Ego se mantenha estável). É evidente que esta se trata de uma explicação muito simplificada devido aos limites impostos pelo objetivo deste artigo, uma vez que as obras de Freud são extremamente ricas e por si só seriam merecedoras de longo estudo.

Jung percebeu que Freud estava tratando com algo cujo potencial era enorme, e logo começou seus próprios estudos sobre o assunto. Eventualmente criou sua própria divisão, e sua conclusão foi a de que a parcela inconsciente da mente pode ser separada em duas partes: O “inconsciente individual” e o “inconsciente coletivo”. O primeiro se trata daquele onde são armazenados os conteúdos inconscientes adquiridos com o passar do tempo em que um indivíduo particular vive sua vida (como memórias esquecidas ou impressões sensoriais cuja importância não foi suficientemente grande para que gerasse grandes repercussões); o segundo corresponde à porção responsável pela manutenção de conteúdos que existem na mente de todos os indivíduos em geral, frutos de nossa ancestralidade em comum.

Conforme as observações de Jung o inconsciente coletivo se manifesta de diversas formas, sendo as religiões uma das mais evidentes. O fenômeno religioso é parte da evolução de todas as civilizações humanas, sendo uma porção intrínseca do processo de compreensão empreendido pela mente quando se depara com coisas que não consegue explicar racionalmente, e para fazer isso trabalha com conceitos similares entre si. Exemplos disso podem ser encontrados no estudo da mitologia, que de forma recorrente lida com noções tais quais a eterna luta simbólica entre

opostos, sejam eles o “bem” e o “mal”, ou a “luz” e a “escuridão”, presente em diversas religiões ao redor do mundo.

A Significação dos Sonhos

De acordo com a tese de Freud o ser humano é primordialmente movido por forças primitivas de cunho agressivo e sexual, e que são em seu maior número inconscientes, como desejos que são muito distantes do que é considerado aceitável pela sociedade em que se vive, por exemplo, e que seriam em razão disso reprimidos. Entretanto, seria durante o sono que essas forças teriam a liberdade de se livrar da repressão da consciência e se manifestar através dos sonhos. Ao analisar trecho de um livro de Radestock, Freud comenta:

Esse trecho de Radestock é, na verdade, um resumo de uma aguda observação feita por Griesinger (1861, 106), que mostra com bastante clareza que as representações nos sonhos e nas psicoses têm em comum a característica de serem realizações de desejos. Minhas próprias pesquisas ensinaram-me que neste fato se encontra a chave de uma teoria psicológica tanto dos sonhos quanto das psicoses. (FREUD, 2016, p.91)

Segundo sua teoria tais conteúdos teriam uma relação direta com a vida consciente do paciente e os símbolos através dos quais se expressam seriam limitados a somente algumas formas específicas, encontrando sua maior diversidade no contexto de símbolos representativos da sexualidade. Jung passou a ter ressalvas para com o método Freudiano de interpretação dos sonhos quando começou a se questionar se a forma que estes eram utilizados por Freud não acabava ignorando diferentes aspectos do conteúdo onírico, pois se tratava de uma forma de, através de diversos métodos, (principalmente, o da livre associação)², “desvendar” os mistérios implicados nos símbolos através de uma análise interpretativa do paciente e do médico, que juntos e graças a um estudo destes símbolos chegavam aos “complexos” que antes permaneciam inconscientes na

² O método conhecido como “livre associação” foi uma das ferramentas mais utilizadas por Freud em suas análises, e consistia em posicionar o paciente em um divã de forma que este não pudesse ter contato visual algum com o médico. Uma vez confortável o paciente então começaria a expor ao analista tudo que viesse em sua mente, sendo encorajado a também relatar os conteúdos provindo de seus sonhos. Freud acreditava que estudando o material advindo desse processo poderia encontrar importantes pistas para descobrir fatores inconscientes que poderiam estar influenciando negativamente a saúde mental do paciente.

mente do sonhador, e que por muitas vezes tinham relação com a sua vida durante a infância.

A observação de Jung foi a de que, verdadeiramente, não era necessário partir dos sonhos para que fosse possível alcançar os complexos de algum paciente, uma vez que os mesmos resultados podiam ser observados em casos onde o mesmo método foi aplicado, mas com diferentes fontes de material. Podemos citar como exemplo o famoso teste dos borrões de tinta³ criado pelo psiquiatra suíço Hermann Rorschach. Nele, o processo de livre associação é incentivado através do contato do paciente com figuras cujas formas são totalmente estranhas e aleatórias para ele.

A conclusão foi a de que os sonhos não eram obrigatoriamente necessários para o desenvolvimento de uma livre associação e a eventual descoberta dos complexos do paciente, e isso fez Jung começar a estudar a sua função e a sua linguagem simbólica através de diferentes lentes. Principiou a se perguntar se os sonhos não teriam em si mesmos alguma espécie de significado que acabava sendo ignorado pelo médico a partir do momento em que este os interpretava somente como material a ser usado em um estudo das reações por eles induzidas na mente do paciente. A partir de então começou a adotar um método hermenêutico diferente, com maior foco na interpretação do significado dos símbolos presentes nos sonhos e menos nas associações feitas a partir deles, presumindo certa autonomia do inconsciente.

Este novo pensamento foi decisivo para o desenvolvimento da minha psicologia. A partir deste momento desisti, gradualmente, de seguir as associações que se afastassem muito do texto de um sonho. Preferi, antes, concentrar-me nas associações com o próprio sonho, convencido de que o sonho expressaria o que de específico o inconsciente estivesse tentando dizer. (JUNG, 2002, p.28)

Esta mudança quanto ao método interpretativo é de especial interesse dentro do contexto do estudo hermenêutico pois, ao invés da concepção freudiana, percebe no inconsciente algo mais do que simplesmente um local desconhecido pela consciência onde eram armazenados conteúdos reprimidos pelo sonhador que eram “liberados” durante a noite, e agora dava a ele maior atenção e maior valorização

³ Neste método era mostrado ao paciente diversas figuras sem forma aparente, geralmente consistindo de borrões de tinta, e o paciente da mesma forma que era aconselhado durante o processo de livre associação deveria a partir das reações advindas de seu contato com as imagens expor ao médico qualquer coisa que viesse a mente.

para suas expressões. Jung interpretou os sonhos como uma linguagem simbólica através da qual o inconsciente trazia à tona conteúdos que eram por si mesmos de importância para o paciente, e que poderiam não ter relação alguma com seus complexos, mas que tinham o potencial ao mesmo tempo de ser muito valiosos para o progresso pessoal dele.

Como mencionado anteriormente, Jung acreditava na independência do inconsciente, isto é, que esta parte da mente funcionava por si mesma, sem necessariamente ter que produzir conteúdos relacionados a um tema específico exterior como os desejos reprimidos durante a vida acordada. Sua opinião era a de que, da mesma forma que se pode observar no Ego, a mente inconsciente também raciocina sobre seus problemas e busca soluções para eles, porém raciocina de uma forma simbólica que dificilmente faz sentido à primeira vista para a mente consciente. Este sistema poderia ser uma possível explicação para o fenômeno do “*insight*”, por exemplo, caracterizando-o como o momento onde uma resposta encontrada pelo inconsciente para um problema consciente é compreendida, o que acaba parecendo algo original e cuja origem é misteriosa para o Ego. Da mesma forma é possível que ocorram *insights* durante a noite, nos sonhos.

Com base nisso Jung desistiu de impor suas percepções e suas interpretações pessoais sobre o material trazido a ele por seus pacientes e começou a tratar a linguagem onírica como algo em si mesmo. Passou a interpretá-la não a partir de associações criadas através do uso da razão, e sim através da simbologia pré-existente na mente e no inconsciente coletivo. Encontrou, por assim dizer, na história da humanidade e suas diferentes culturas e religiões, uma rica fonte de material que poderia ser utilizado como embasamento para o processo interpretativo dos conteúdos do inconsciente.

Concluí, seguindo esta linha de raciocínio, que só o material que é parte clara e visível de um sonho pode ser utilizado para a sua interpretação. O sonho tem seus próprios limites. Sua própria forma específica nos mostra o que a ele pertence e o que dele se afasta. Enquanto a livre associação, numa espécie de linha em ziguezague, nos afasta do material original do sonho, o método que desenvolvi se assemelha mais a um movimento circunvolutório cujo centro é a imagem do sonho. Trabalho em redor da imagem do sonho e desprezo qualquer tentativa do sonhador para dela escapar. (JUNG, 2002, p.29)

Outro ponto importante na visão Junguiana sobre a interpretação dos sonhos, ponto que novamente entra em desacordo com a teoria de Freud, é o de que

Jung dava grande valor ao indivíduo e sua história pessoal. Ele não julgava suficiente buscar nas interações com seus pacientes fatos que o levassem a discorrer sobre os seus entendimentos particulares para com os conteúdos produzidos pelo sonho, pois ao mesmo tempo que é verdade que existem padrões de pensamento estruturais que podem ser encontrados simbolicamente na mente de todo indivíduo também é verdade que um mesmo símbolo pode, dependendo do contexto, ter diferentes interpretações. Isso se dá pois um mesmo símbolo com um mesmo significado universal, ao ser produzido pelo inconsciente de uma pessoa específica e durante um sonho específico, pode ter sido criado com diferentes objetivos dentro de seu contexto psíquico individual.

Esta visão particular sobre a leitura simbólica, embora tenha sido algo, talvez, pioneiro no contexto da psicologia não é de fato algo inteiramente novo na filosofia. Questionamentos para com a interpretação de conteúdos feita através de uma redução de seu significado a partir da análise racional externa dos símbolos que usam para se expressar, ou ao menos para com visões que remetem a algo parecido com esta posição, podem ser encontrados através da história da filosofia em geral, sobretudo na área de filosofia da linguagem. Alguns chegam a estar presentes até mesmo na Grécia antiga, particularmente nos diálogos platônicos.

Platão, em seu diálogo *Crátilo* discorre sobre a linguagem e as diferentes abordagens utilizadas em o seu estudo. No texto são mencionadas duas formas particulares através das quais eram estudados os problemas sobre a linguagem: a visão dos “naturalistas” e a visão dos “convencionalistas”. Para o grupo dos naturalistas o símbolo utilizado pela linguagem e o significado que este tenta referenciar a partir dele podem ser perfeitamente iguais, ou seja, é possível na visão naturalista que um símbolo possa em si mesmo conter totalmente o significado real que tenta remeter, sem que seja necessária uma interpretação. Os convencionalistas acreditam por sua vez que a única relação entre os símbolos e seu significado são as convenções criadas pela linguagem de onde provém tal símbolo. Assim sendo, nomes diferentes poderiam ter sido dados às mesmas coisas e não haveria nisso problema algum, já que as convenções permaneceriam as mesmas.

Para Sócrates, personagem no diálogo platônico em questão e representante de uma perspectiva neutra e interessada em descobrir apenas a verdade, ambas as visões são insuficientes para explicar corretamente o problema da linguagem. De acordo com ele, parece que é preciso que as duas estejam parcialmente corretas, o

que busca demonstrar dedicando a cada uma parte de sua argumentação, começando pela tese defendida pelos convencionalistas:

Portanto, com algo que não é igual eu pronuncio o que tenho no intelecto, caso, como você disse, o “I” não seja igual à durabilidade. Assim, se algo diferente do mesmo te levar, por costume, ao mesmo, também para você a correção dos nomes será gerada pela convenção. Pois, a partir do costume e da convenção, aconteceria alguma evidência tanto com as letras iguais quanto com as desiguais. Mesmo que o costume não seja bem uma convenção, ainda assim não seria bom falar que a igualdade é uma evidência, mas sim o costume. Pois este, aparentemente, evidencia com o igual e com o desigual. Uma vez que consentimos nisso, Crátilo, pois tomo o seu silêncio por consentimento, surge a obrigatoriedade de alguma convenção ou costume vir junto com a evidência do que temos no intelecto ao falarmos. (PLATÃO, 2015, p.119)

Esta conclusão quanto à existência de um aspecto subjetivo ao uso da linguagem demonstra o quanto os termos podem ganhar significado a partir do hábito, ou seja, sua significação pode ser o resultado de um processo dialético entre o indivíduo e seus costumes locais, não sendo necessário que haja uma compreensão universal sobre eles. No entanto isso não se trata de uma resposta suficientemente esclarecedora para a pergunta em questão, pois de acordo com Sócrates é ao mesmo tempo necessário que haja pelo menos alguma universalidade entre os termos, do contrário a condição de total subjetividade tornaria a busca pelo conhecimento praticamente impossível, uma vez que este precisa ser algo cuja validade se estende para além do campo individual e particular de análise. Dessa forma parece improvável que as convenções sejam as únicas coisas conectando os símbolos com seu significado. Embora possa haver mudanças através do tempo nos símbolos usados para expressar alguma ideia específica é preciso que exista entre eles algo em comum:

Então, se os seres não estão sempre do mesmo jeito, ao mesmo tempo e para todos, nem cada um está para cada um, fica evidente que eles têm alguma existência estável, própria a si mesmos, que não é relativa a nós, nem vai, arrastada por nós, para cima e para baixo, com a nossa imaginação. Eles mesmos possuem uma existência própria que lhes é inerente. (PLATÃO, 2015, p.26)

Em *A República* Platão novamente discorre sobre o tema da interpretação, elabora sua posição acerca do problema do “conhecimento” e a demonstra de forma metafórica no seu famoso “mito da caverna”. Neste texto, o conhecimento advindo da experiência externa é visto como insuficiente por se tratar somente das sombras

criadas a partir do conhecimento real, o conhecimento original do mundo das ideias ou “formas perfeitas”, por sua vez encontradas no mundo interior de forma *a priori*. A tese exposta por Platão é a de que a compreensão sobre os fenômenos externos ocorre internamente através de um processo de reminiscência a partir do qual o ser humano entra em contato com os conceitos que já possui em si mesmo e aos quais erroneamente atribui às coisas.

Não se deve, portanto, de acordo com a tese platônica, buscar o conhecimento nas coisas a partir das quais os conceitos são lembrados. Isso seria equivalente a estar preso no estado hipnótico de contemplação das sombras na caverna de sua alegoria. O correto procedimento seria o de utilizar as coisas como signos que apontariam para o real conhecimento já existente na mente, entender a existência da sombra e saber que a verdadeira realidade se dá fora da caverna. A conclusão é a de que se deve estudar as coisas em si, como conceitos, e não suas expressões variadas e imperfeitas no mundo material:

Meu caro Gláucon, este quadro — prossegui eu — deve agora aplicar-se a tudo quanto dissemos anteriormente, comparando o mundo visível através dos olhos à caverna da prisão, e a luz da fogueira que lá existia à força do Sol. Quanto à subida ao mundo superior e à visão do que lá se encontra, se a tomares como a ascensão da alma ao mundo inteligível, não iludirás a minha expectativa, já que é teu desejo conhecê-la. O Deus sabe se ela é verdadeira. Pois, segundo entendo, no limite do cognoscível é que se avista, a custo, a ideia do Bem; e, uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para se ser sensato na vida particular e pública. (PLATÃO, 1990, p.319)

Esta abordagem parece similar à forma de Jung lidar com os conteúdos do inconsciente em termos metodológicos, e sugere partir do mesmo pressuposto de que existe um valor intrínseco presente nos conceitos internos *a priori* tais quais os encontrados no inconsciente coletivo. De fato, o próprio Jung comenta em seus livros a respeito da semelhança entre conceito do mundo das ideias de Platão e seu conceito de “arquétipos”, nome dado por ele para os símbolos mais bem estabelecidos e recorrentes do inconsciente coletivo. Para Jung a mente humana não é uma “tabula rasa”, mas na verdade uma construção evolutiva que carrega consigo uma base extremamente complexa que se encontra na própria estrutura do inconsciente, base que já é pré-existente e consiste no que é utilizado pela mente para entender e explicar as percepções advindas do mundo exterior de forma

intuitiva antes da apreensão racional. Um “arquétipo” é, portanto, uma imagem mental recheada de significado e cujo sentido conceitual pode ser compreendido de forma natural por qualquer pessoa, similar à concepção de ideia platônica. Para fins de exemplo será suficiente por enquanto fazer menção a seguinte citação:

"Archetypus" é uma perífrase explicativa do εἶδος platônico. Para aquilo que nos ocupa, a denominação é precisa e de grande ajuda, pois nos diz que, no concernente aos conteúdos do inconsciente coletivo, estamos tratando de tipos arcaicos - ou melhor - primordiais, isto é, de imagens universais que existiram desde os tempos mais remotos. (JUNG, 2002, p.16)

A mesma preocupação para com a legitimidade da relação entre os nomes e os significados que estes querem trazer consigo pode também ser encontrada em textos filosóficos pertencentes ao período medieval, particularmente em Santo Agostinho, um dos autores mais relevantes da patrística e tido por muitos como um pioneiro no estudo do mundo mental humano. Sua obra é extensa, rica e muito profunda, de forma que seria necessário mais tempo para aprofundar-se suficientemente nela, mas, no contexto do presente debate, podemos começar por dar particular atenção ao seu texto intitulado *De Magistro*, no qual Agostinho estabelece um interessante debate sobre a linguagem e sua função. Argumenta que as palavras devem ser interpretadas como símbolos que, assim como na tese platônica, não possuem significado em si mesmas e são encarregadas da função de apontar para um significado interior existente na memória:

Corretamente captastes. Ademais, ao mesmo tempo creio teres pressuposto que mesmo sem emitir sons, nós refletimos sobre as palavras e falamos no íntimo de nossa alma. Assim, com a locução nada fazemos a não ser evocar à memória³⁶, fazendo-a agir e rememorando³⁷ a mente as próprias coisas das quais são signos as palavras. (AGOSTINHO, 2015, p. 35)

Tanto no texto de Platão, quanto no de Agostinho, é possível perceber um forte questionamento perante uma interpretação direta e exclusivamente externa dos símbolos. Em ambos é encontrada a crença de que se pode encontrar neles significados pré-existentes que se manifestam na mente antes mesmo do símbolo encontrar uma forma específica de expressão cultural exterior. São esses conceitos, ideias ou arquétipos de fato os responsáveis pelo valor agregado ao símbolo em si. De acordo com Agostinho, novamente no *De Magistro*, podemos perceber que não se atinge o entendimento sobre as coisas a partir de

um estudo dos signos que fazem referência a elas, mas somente nas coisas mesmas, antes destas serem convertidas em expressões linguísticas:

Antes de isso descobrir, esta palavra era apenas um som; só aprendi que era um signo após descobrir que coisa significava. Deduzi não pelo signo, mas pela ação do olhar. Conhecemos mais sobre o signo através da coisa, do que da própria coisa quando estudada pelo signo. (AGOSTINHO, 2015, p.122)

A princípio esta sugestão de Agostinho, de entender os nomes como uma espécie de bússola cuja função é a de orientar a mente em direção à memória daquilo que associa com tal nome, pode ser comparada com a leitura freudiana que busca encontrar os complexos dos pacientes através de uma análise do conteúdo de seus sonhos. Todavia, é necessário que seja levado em conta o contexto geral no qual o filósofo está inserido quando elabora e expõe estas visões. De fato, Agostinho compartilha da tese platônica da reminiscência, isto é, crê que existem no interior do ser humano conhecimentos que extrapolam o limite do entendimento local no espaço e tempo do indivíduo, que não podem ser apreendidos através de uma busca externa, mas devem ser atingidos ao se fazer uso de um processo de conhecimento interno, de “recordação”. Esta perspectiva é utilizada como uma forma de contextualizar a busca por Deus, objetivo central para a obra de Agostinho que como um pensador católico dedicou sua vida ao estudo do sagrado, dentro de seu pensamento. Para ele atingir o conhecimento interno das “verdades eternas”, assim chamadas devido ao fato de serem de uma espécie cujo valor não se altera através do tempo (diferentemente dos conhecimentos particulares obtidos através dos sentidos), é o caminho para contemplar a Deus:

A felicidade está centrada no conhecimento da Verdade na interioridade da alma. Conhecimento que, ao mesmo tempo, é posse e gozo de Deus: “feliz quem possui Deus”. A sabedoria que nos dá a felicidade consiste em fruir, deleitar-se em Deus, a Verdade infinita, nosso Bem Supremo e Imutável. Nossa perfeição moral e nossa felicidade consistem em conhecer e amar este Sumo Bem. (AGOSTINHO, 2014, p.115)

Com base nessa tese, ao se fazer uma comparação da metodologia agostiniana de interpretação com o já mencionado sistema de Freud, percebe-se uma marcante diferença em relação à forma de interpretar os nomes ou símbolos. Enquanto Freud preocupava-se primeiramente em associar símbolos produzidos pelo inconsciente com eventos da infância ou desejos reprimidos, ambos exemplos

de manifestações que dizem respeito à vida exterior do indivíduo, esta abordagem faz referência a um significado que transcende a realidade material e busca um sentido mais essencial para os símbolos, cuja existência se dá no interior, e não no exterior. Agostinho reitera tal afirmação novamente no *De Magistro*, ao dizer que Deus reside em cada indivíduo e não fora deste. Uma vez que para ele a contemplação de Deus representa o objetivo final de seu empreendimento hermenêutico sobre a realidade esta afirmação significa que de todas as possíveis formas de interpretação sobre as coisas, a mais relevante delas diz respeito à experiência do mundo interior, e não a dos sentidos exteriores:

Ignoras a lei que nos prescreve não proceder de forma outra que não a nos compungir na clausura de nosso coração, para que a oração em nossa mente penetre. Não observastes a recomendação do profeta: “Falai dentro de vossos corações e compungi-vos em vossos aposentos; oferecei sacrifícios de justiça e esperai no Senhor?” Senão, como poderia Deus nos ensinar ou rememorar para alcançar aquilo que pelo elóquio almejamos. Sem dúvidas, quem fala expõe signos volitivos por sons articulados. A Deus se deve racionalmente no íntimo da alma procurar e suplicar, ao invocar aquele homem interior, considerado como o seu templo. Não lestes no Apóstolo?: “Não sabeis que sois templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós - Cristo habita o homem interior?” (AGOSTINHO, 2015, p.32-32-34)

Similarmente, ambos parecem argumentar a favor do ponto de que é preciso estudar os conteúdos dos símbolos em si mesmos, e não as interpretações feitas destes de forma externa, pois só assim se pode chegar ao verdadeiro significado. Agostinho diferencia estas duas atitudes como “conhecimento” e “entendimento”, sendo este último superior por constituir uma espécie de conhecer que transcende a experiência dos sentidos externos. Ao comentar sobre o que conhece de um amigo, no livro *Solilóquios*, diz:

O que conheço dele pelo sentido — se é que pelos sentidos se conhece alguma coisa — é de pouco valor e é o bastante. Porém, quanto àquela parte pela qual ele é meu amigo, isto é, a alma, desejo atingi-la pelo entendimento. (AGOSTINHO, 2014, p. 24)

Neste contexto uma hermenêutica como a freudiana relativa à interpretação dos sonhos seria equivalente ao estudo dos nomes, da relação do símbolo com algo externo, uma vez que é em grande escala embasado no processo de livre associação, e acaba se afastando do conteúdo original onírico em nome de uma busca pelas reações do paciente quando confrontado com tais conteúdos. Embora esse processo

seja de utilidade prática para desvendar informações sobre a vida externa do indivíduo, o mesmo acaba por deixar de lado o potencial encontrado em um estudo mais profundo do seu significado para o mundo interno em si mesmo, sendo como que a busca pelas sombras da metáfora platônica e o estudo das palavras (em si mesmas vazias de significado) na visão de Santo Agostinho.

A alternativa junguiana, contudo, tanto quanto no caso das visões filosóficas de Platão e Agostinho, se preocupa com a busca pelo significado original que fornece o conteúdo para a criação dos símbolos em si, conteúdo esse que pode ser encontrado no mundo das ideias em Platão, na memória em Santo Agostinho, e para Jung no já mencionado Inconsciente Coletivo. O que une aos três é a crença de que esse conhecimento é interno e inato, com os símbolos sendo ferramentas para alcançar algo que transcende a experiência pessoal de cada indivíduo e toca um universo de significados universais e auto-evidentes, enquanto que para Freud toda a intencionalidade era dedicada a formas de converter o símbolo em uma experiência externa subjetiva.

Conclusão

Ambos os métodos hermenêuticos de interpretação dos sonhos criados por Freud e Jung são ferramentas fundamentais para o processo de análise e eventual cura do indivíduo dentro do contexto da teoria desenvolvida por cada um destes autores, e tanto um como o outro demonstram forte preocupação com a busca pelo verdadeiro sentido dos conteúdos do inconsciente. A preocupação mais fundamental para Freud era a de usar os símbolos como sinais que servissem para indicar fenômenos externos, geralmente vinculados ao passado, que poderiam ser possivelmente indicativos das causas dos distúrbios mentais dos pacientes de quem tratava. Não era seu objetivo encontrar respostas mais profundas sobre as possíveis significações filosóficas embutidas no estudo do símbolo e como estas poderiam ser também de uso no processo de restabelecimento da saúde mental.

O debate quanto à melhor forma de interpretar os símbolos é um dos assuntos mais clássicos a ser abordado pela filosofia, Platão, com sua crença no mundo das ideias, apresentou uma nova perspectiva a partir da qual levar a cabo tal estudo, uma perspectiva que buscava demonstrar a relevância dos conhecimentos inatos da mente perante a supervalorização da experiência externa. Inspirado no

pensamento platônico Agostinho fez seus próprios questionamentos sobre o tema, e desenvolveu similar interesse pela essência do conhecimento das coisas em si, ao invés de buscar uma análise dos nomes associados a elas, com o intuito de conseguir desta forma chegar ao conhecimento de Deus. A interpretação dos sonhos se apresenta como uma continuação desta discussão, expondo uma nova tentativa de compreender a conexão entre o ser humano e os símbolos.

Em uma perspectiva puramente prática e psicológica pode-se argumentar que o método desenvolvido por Freud é de inestimável importância, pois se demonstra eficiente como forma de chegar aos complexos do paciente para que estes sejam então tratados e corrigidos devolvendo a ele sua saúde mental. Entretanto, uma vez demonstrado que o mesmo resultado pode ser obtido ao se fazer uso de outras fontes de estímulo cuja origem não é onírica, Jung argumenta que tal modo de ação pode correr o risco de deixar de lado aspectos importantes sobre o significado de tais símbolos. Embora seja útil para lidar com os sintomas práticos causados por algumas formas de distúrbios mentais, oferece pouco embasamento para o estudo das funções oníricas e seu papel mais amplo no aparelho psíquico em uma perspectiva filosófica.

Neste contexto o método de Jung agrega de forma mais compreensiva o debate histórico sobre a linguagem simbólica, pois busca fazer uma análise mais completa sobre a função dos sonhos e o papel desta linguagem no processo de apreensão da realidade através de categorias, ou arquétipos, presentes no pensamento inconsciente. Isso cria um sistema lógico e racional para explicar o funcionamento e utilidade dos sonhos de maneira a incluir o estudo filosófico da figura do símbolo, e que parece continuar a tradição platônica e agostiniana de buscar as fontes originais a partir das quais são desenvolvidas as crenças, julgamentos e mesmo intenções de um indivíduo, fontes estas que se encontram no mundo interno e que representam algo de valioso em si mesmo, sem que estes sejam necessariamente relacionados a algum evento do passado para que tenham relevância.

Referências

SANTO AGOSTINHO. *De Magistro*. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.

SANTO AGOSTINHO. *Solilóquios; A vida feliz*. São Paulo: Paulus, 1998.

CAMPBELL, Joseph. *O Poder do Mito*. São Paulo: Editora Palas Athena, 1991.

FREUD, Sigmund. *A Interpretação Dos Sonhos*. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2016.

JUNG, Carl Gustav. *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNG, Carl Gustav. *O Homem e seus Símbolos*. 5, ed. Petrópolis: Nova Fronteira, 2002.

PLATÃO. *A República*. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

PLATÃO. *Cratilo*. São Paulo: Paulus, 2015.

Recebido em: 17/10/2021.
Aprovado em: 04/04/2022.
Publicado em: 06/06/2022.